

HABEAS CORPUS Nº 455.244 - SP (2018/0149669-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDA COSTA TEIXEIRA - SP318411
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIX EDUARDO TICONA CONDORY

EMENTA

HABEAS CORPUS. TORTURA CONTRA DESCENDENTE. MENOR IMPÚBERE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A extrema crueldade perpetrada pelo paciente contra o próprio filho, o qual, segundo a denúncia, sofreu sequelas que o impediam de locomover-se, afasta o argumento de fundamentação baseada na gravidade abstrata do delito ou de circunstância inerente ao tipo penal referente à tortura, o qual, embora se relacione com o intenso sofrimento físico ou psíquico infligido intencionalmente a uma pessoa, não abarca tamanha abjeção quando praticado, pelo próprio pai – a quem cabe o dever de proteção –, contra uma criança de apenas 8 anos de idade.

3. Evidencia-se, com tal fato, a periculosidade do paciente, a justificar a medida coercitiva determinada pelo Tribunal de origem. Além disso, há que se realçar o fato de que o paciente, após a sua oitiva perante a autoridade policial, não foi mais encontrado, mesmo diante da existência de medidas cautelares menos gravosas, as quais não se mostraram eficazes.

4. Por fim, registra o *decisum* impugnado que o acusado, malgrado já haja deixado o país, continua a cometer os mesmos atos vis que lhe renderam a deflagração deste processo penal, o que corrobora

a necessidade de sua constrição.

5. Habeas corpus denegado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

